



# Município de Aveiro

## Câmara Municipal

Para:

### CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

Registo N.º: 2898 /Ano: 2025

Salda de 07/02/2025

Proc. N.º: 2025/300.10.002/2

**Assunto:** Procedimento por Consulta Prévia nº PS/Cpr/01/25, nos termos da alínea c) do nº. 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para a adjudicação da elaboração do “Projeto de Qualificação do Bairro da Beira-Mar” – Convite a apresentação de proposta

Ex.mos Senhores,

Por despacho do Ex.mo Sr. Presidente, Engº Ribau Esteves, datado de 04/02/2025, foi autorizada a abertura do Procedimento por Consulta Prévia PS/Cpr/01/25, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artº 20º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela lei 30/2021 de 21 de maio, na sua redação atual

Assim, convida-se essa empresa a apresentar proposta de honorários para a realização do projeto supra identificado, nos termos constantes do Convite, Caderno de Encargos e demais documentos patenteados no procedimento, juntos ao presente, cujo preço base é de 74.900,00€, acrescido de IVA a taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 105 dias seguidos.

Com os melhores cumprimentos,

A Divisão de Ambiente, Energia e Obras

Ao abrigo de delegação de competências

(Arqª. Catarina Pereira)



# Município de Aveiro

## Câmara Municipal

### CONVITE

#### ÍNDICE

- Artigo 1.º – Identificação do procedimento
- Artigo 2.º – Entidade adjudicante
- Artigo 3.º – Órgão que tomou a decisão de contratar
- Artigo 4.º – Fundamento da escolha do procedimento
- Artigo 5.º – Consulta e fornecimento das peças procedimentais
- Artigo 6.º – Júri do procedimento
- Artigo 7.º – Documentos da proposta e idioma
- Artigo 8.º – Prazo para a apresentação das propostas, modo de apresentação e prazo de obrigação de manutenção
- Artigo 9.º – Caução
- Artigo 10.º – Critério de adjudicação e de desempate
- Artigo 11.º – Documentos de habilitação, prazo e idioma
- Artigo 12.º – Legislação aplicável

#### **Anexos:**

- I. Modelo de Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos, a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos .
- II. Modelo de Declaração de Indicação do Preço Contratual, .
- III. Modelo da Declaração de Habilitação, a que se refere o art.º 81º do Códigos dos Contratos Públicos.
- IV. Declaração de Impedimentos



**Artigo 1.º**

**Identificação do procedimento**

- 1.O presente procedimento por consulta prévia PS/Cpr/01/25, tem por objeto a execução de serviços e obedece às especificações e condições constantes do caderno de encargos, cujo preço base é de **74.900,00€** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por um prazo de execução de 100 dias.
2. Os serviços objeto do presente procedimento têm a seguinte referência CPV (Classificação Estatística de Produtos por Atividade): **71240000-2 – Serviços de arquitetura, engenharia e planeamento**

**Artigo 2.º**

**Entidade adjudicante**

Nos termos do artigo 2º, nº 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela lei 30/2021 de 21 de maio, na sua redação atual, doravante designado por CCP, a entidade pública adjudicante é o Município de Aveiro, representado pela sua Câmara Municipal, sita na Praça da República, em Aveiro, com o número de telefone 234 406 300, número de fax 234 406 301 e com o endereço eletrónico [geral@cm-aveiro.pt](mailto:geral@cm-aveiro.pt).

**Artigo 3.º**

**Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar subjacente ao presente procedimento foi tomada por despacho do Ex.mo Senhor Presidente, Engº Ribau Esteves, datado de 04/02/2025, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 1 do artº 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com o plasmado no nº 1 do artº 36º do CCP.

**Artigo 4.º**

**Fundamento da escolha do procedimento**

O presente procedimento é por Consulta prévia, atento ao valor do contrato, de acordo de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 18º e 20º, 38º, todos do CCP.

**Artigo 5.º**

**Consulta e fornecimento das peças procedimentais**

- 1.O processo do procedimento é constituído pelo convite à apresentação de proposta, pelo caderno de encargos e demais documentos patenteado no procedimento.
- 2.As peças do procedimento são disponibilizadas aos interessados via Plataforma Eletrónica Acingov.

**Artigo 6.º**

**Júri do procedimento**

1. O Júri do concurso é composto por 3 (três) membros efetivos e por 2 (dois) suplentes, nomeados pelo órgão competente para a decisão e contratar, conforme n.º 1 do art.º 67.º do CCP.
2. Ao Júri do concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências com aquele relacionado, nos termos dos artigos 67.º a 69.º do CCP, nomeadamente, a prestação dos esclarecimentos necessário à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a apreciação das propostas, a elaboração dos respetivos relatórios de análise das propostas e a realização do direito de audiência prévia dos concorrentes

**Artigo 7.º**

**Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais**

- 1.Todos os esclarecimentos/erros e omissões devem ser solicitadas através da plataforma AcinGov, no link rececionado via e-mail, termos dos artigos 50º e 116º, ambos do CCP.
2. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos Interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica Acingov e juntos às peças do procedimento, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 3.Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
4. Todas as notificações e comunicações entre a entidade pública adjudicante, o júri do concurso e os Interessados, referidos no presente artigo, serão efetuadas através da plataforma eletrónica Acingov



**Artigo 8.º**

**Documentos da proposta e idioma**

1. Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo, tendo em atenção o estipulado no caderno de encargos, e deverá ser constituída por declaração emitida conforme modelo constante do anexo I, e pelos documentos relativos aos aspetos de execução do contrato submetido à concorrência, indicativos :

i. Indicação do preço contratual;

e ainda relativos aos aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência, indicativos:

ii. Plano de trabalhos detalhado, relativo ao faseamento dos trabalhos:

iii. a identificação da equipa de trabalho afeta á prestação de serviços e do Coordenador do Projeto, de acordo com o Programa Preliminar;

iv. Condições de pagamento, em respeito pelo art.º 299º do CCP e cláusula 12ª do Caderno de Encargos, não sendo admitidas condições do tipo "a combinar" ou "habituais".

2. Os documentos devem ser assinados pelo concorrente ou representante que tenha poderes para o obrigar e necessariamente em língua portuguesa, salvo se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais.

3. Os concorrentes devem assinar a proposta bem como todos os documentos que lhe associem. Nos casos em que não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função ou poder de assinatura, deve a entidade Interessada submeter á plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

4. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a oposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem

5. O preço, que não deve indicar o IVA, é indicado em algarismos e por extenso. No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito em algarismos prevalecerá sempre o indicado por extenso. Sempre que, na proposta sejam indicados vários preços, e em qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos

6. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e taxa.

**Artigo 9.º**

**Prazo para a apresentação das propostas, modo de apresentação e prazo de obrigação de manutenção.**

1. A proposta deve ser apresentada até às 17.00 horas do dia 21/02/2025, exclusivamente através da plataforma eletrónica de <http://www.acingov.pt>, no link rececionado via e-mail, onde pode consultar o procedimento, preencher e submeter a sua proposta.

2. Os concorrentes devem assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, bem como a sua submissão, de acordo com o disposto na Lei nº 96/2015 de 17 de agosto.

3. Nos casos em que não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função o poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

4. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a oposição de uma assinatura deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.

5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os Interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artº.137º do C.C.P.

6. Não são admitidas propostas variantes nem alternativas, nem serão objeto de negociação;

7. O concorrente fica obrigado a manter a proposta durante o prazo de 120 dias, contados da data límite para a sua entrega

**Artigo 10º**

**Caução**

1. Nos termos do disposto na alínea a) do nº.2 do artº. 88º do CCP, não é exigida a prestação da caução.

2. Pode a Câmara Municipal de Aveiro, se o considerar conveniente, proceder á retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar



**Artigo 11º**

**Critério de adjudicação e de desempate**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a modalidade "Monofator" de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado pelo fator "Preço", enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Após a análise das propostas, a adjudicação é feita à proposta não excluída que apresentar o mais baixo preço para a execução do objeto do presente procedimento com as características e condições constantes do caderno de encargos.
3. Em caso de empate na pontuação final as propostas, o desempate será feito por sorteio realizado pelo júri do procedimento, na presença de um representante de cada um dos concorrentes, da seguinte forma:
  - a) o nome dos concorrentes cujas propostas estão empatadas será inscrito num boletim, de papel, os quais serão depositados em urna ou em saco de pano ou papel, opacos, de modo a garantir a isenção e a transparência do sorteio.
  - b) as propostas serão ordenadas de acordo com a ordem de saída do boletim, ficando classificada em primeiro lugar a proposta sorteada primeiramente e assim sucessivamente quanto às restantes
4. Para os efeitos previstos no número anterior, o júri do procedimento comunica aos concorrentes, com antecedência mínima de 3(três) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá o sorteio, para querendo, os mesmos neles se fazerem representar, sendo que a não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio nem a exclusão das respetivas propostas.
5. da sessão realizada é lavrada ata, que deve ser assinada pelo júri e pelos representantes dos concorrentes presentes.

**Artigo 12º**

**Documentos de habilitação, prazo e idioma**

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação de adjudicação, nos termos da Portaria nº. 372/2017, de 14 de dezembro, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante da alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, e junto ao presente;
  - b) Declaração de Impedimentos – n.º 4, do artigo 69º, do CPA (de acordo com o anexo IV )
  - c) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55º do CCP, retificado pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro;
  - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - e) Os termos de responsabilidade e dos comprovativo de seguros de responsabilidade civil, nos termos do art.º 23.º da Lei n.º 31/2009, na sua redação atual, de todos os elementos da equipa técnica.
  - f) Identificação dos representantes do adjudicatário com poderes para outorgar o contrato, tais como: nome, número de cartão de cidadão e validade e número de contribuinte (se aplicável)Outros documentos necessários à celebração do contrato, caso existam.
2. os documentos são apresentados via plataforma AcinGov, salvo os disponíveis na internet, caso em que pode, em substituição da sua apresentação, indicar-se o endereço do sítio onde podem se consultados e a informação necessária a essa consulta, desde que o sítio e os documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Os documentos são redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais.
4. O adjudicatário não tem que apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional dos Fornecedores do estado, bastando para o efeito informar.
5. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados, será o adjudicatário notificado para no prazo, máximo, de 5 (cinco) dias úteis sanar essas irregularidades, sem prejuízo do estipulado no art.º 86º do CCP.

**Artigo 13.º**

**Legislação aplicável**



# Município de Aveiro

## Câmara Municipal

Ao presente procedimento e em tudo o omissso e ou que não esteja especialmente previsto neste convite, incluindo os seus anexos, aplicar-se-á o disposto no CCP, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, com alterações introduzidas pela Lei nº.30/2021 de 21 de maio e pelo decreto-Lei nº. 78/2022, de 7 de novembro, na sua redação atual



ANEXO I

**Modelo da Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos**

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ..... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromissos de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) .....

b) .....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



**ANEXO II**

**Modelo de Declaração de Indicação do Preço Contratual**

\_\_\_\_\_ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão ou objeto social, morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento da Consulta Prévia PS/Cpr/...../2025 para a prestação de serviços de ".....", a que se refere o convite datado de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025, obriga-se a celebrar e executar o contrato referente \_\_\_\_\_, em conformidade com o respetivo Caderno de encargos e demais documentos patenteados, pelo preço contratual de Euros \_\_\_\_\_ (numerário e extenso), calculado de acordo com a proposta de preços detalhados junta, nos termos do disposto nos artigos 60º e 97º do Código dos Contratos Públicos. À quantia supramencionada acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor de..... % no valor de ..... €.

Identificação da Equipa projetista e indicação do número de membro da respetiva ordem.

Código da certidão permanente:.....

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial, e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_





**ANEXO III**  
**Modelo da Declaração de Habilitação**

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ..... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromissos de honra, que a sua representada (2) se não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ..... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e l) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.



**Anexo IV**

**Declaração de Impedimentos**

**(a que se refere o n.º 4, do artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e para cumprimento do artigo 9.º, da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho)**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade e representante legal de ... (empresa, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, empresa, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..., (designação ou referência ao procedimento em causa), e bem assim das normas legais em matéria de impedimentos para a participação em procedimentos administrativos, designadamente de contratação pública, constantes dos artigos 69.º a 76.º, do Código do Procedimento Administrativo, e Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, declara, sob compromisso de honra, que não se encontra a sua representada, em nenhuma das situações previstas no referido artigo 69.º do referido Código e artigo 9.º, da Lei 52/ /2019, de 31 de julho, que impeçam de participar no presente procedimento.

Mais declara, que sempre que o impedimento ocorrer após o início do procedimento, comunicará desde logo o facto ao responsável pela direção do procedimento e cessará toda a sua atividade relacionada com o mesmo.

DATA: \_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_